

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 10

A REVOLUÇÃO FRANCESA E A PENÍNSULA IBÉRICA



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1988

A MARQUESA DE ALORNA
— DE DEFENSORA DAS LUZES
A AGENTE CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

1. No dia 14 de Dezembro de 1758 D. Leonor de Almeida de Portugal Lorena e Lencastre, que então contava apenas 8 anos, é encarcerada com sua mãe e irmã no Mosteiro de S. Félix de Chelas, onde permanecerá durante 18 anos.

As razões que levaram D. José (ou o Marquês de Pombal?) a uma tal atitude, ainda que controversa, são por demais conhecidas para aqui nelas nos determos.

A clausura conventual do tempo não era opressiva; o convento fora-se tornando abrigo de gente nobre, em variadas circunstâncias.

D. Leonor foi crescendo num mundo apartado do das religiosas. A mãe, a irmã e a discípula Mariana eram a sua companhia constante. O pai, ainda que fisicamente ausente (fora encerrado no Forte da Junqueira) enche a lembrança de D. Leonor, que a ele fica devendo importante parte da sua educação. Nas numerosíssimas cartas que lhe escreve está sempre presente a adoração por este pai, que admira, e pelo jovem irmão que havia sido poupado à vingança real.

Entretinha os seus dias praticando várias artes femininas: fazia música, dançava, chegou mesmo a ensaiar uma comédia de Voltaire, bordava e também não desprezava as práticas culinárias. Mas era o estudo que mais a atraía: aprendia árabe, latim, poética, lógica, história (sagrada e profana), bem como inglês e o indispensável francês. A sua avidez em cultivar-se é notável — «o estudo moderado» confia ao pai «é a delícia mais certa que se escolhe na solidão» (1).

* Universidade Portucalense.

(1) Marquesa de Alorna, *Poesias*, Selecção, prefácio e notas do Prof. Hernani Cidade, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1941, p. X.

A solidão, todavia, era animada pelos «outeiros», diversões que eram permitidas por ocasião de certas datas litúrgicas ou na eleição da madre-abadessa. Os «outeiros» de Chelas eram famosos e a eles concorriam alguns dos mais notáveis vates da época, entre os quais há que destacar Correia Garção e Filinto Elísio. Foi este que deu a D. Leonor o académico nome de Alcipe, que haveria de acompanhá-la ao longo da sua vida de poetisa ⁽²⁾.

Mas, fora estas ocasiões de festa, quiçá aureoladas por um certo toque mundano, Alcipe ocupava a maior parte do tempo, lendo e estudando. Conhecia Cervantes, Corneille, Racine, Boileau e Pope; lia Condillac, Wolff e Verney. Olha Voltaire com simpatia, recorda que «já é famoso há mais de meio século» e considera-o «oráculo de gosto para os sábios do tempo» ⁽³⁾.

Ela leu, ainda que inadvertidamente, as questões sobre o Enciclopédia; Rousseau é, «depois de Voltaire o grande génio filosófico» ⁽⁴⁾.

A d'Alembert acha-o «o carácter mais amável que é possível» e chama-lhe «a razão mesma» ⁽⁵⁾.

⁽²⁾ «Li teus versos, Alcipe, e quando os lia
Bem cri que com Horácio conversava».

— é assim que Filinto se refere à poesia produzida por D. Leonor.

Aliás a actividade poética de Alcipe ultrapassou o âmbito do período clássico-decadentista em que se inseriu, nos primeiros anos das suas experiências literárias. A cultura inglesa que tão bem conhecia, e que de modo decisivo contribuiu para a vitória do romantismo, actuou sobre a sua mentalidade, como bem o demonstram a preferência por Locke e Edward Young, por exemplo. Este autor, que viveu entre 1683 e 1765, escreveu o poema *Night Thoughts on Life, Death and Immortality*, que levou D. Leonor a versejar, também, sobre a morte, conforme relata em carta escrita de Chelas e dirigida ao encarcerado da Junqueira. (*Inéditos*, p. 23).

Alexandre Herculano que, após a morte da Marquesa de Alorna, a recorda no *Panorama*, refere-se-lhe nos seguintes termos:

«Aquela mulher extraordinária é que eu devi incitamento e protecção literária, quando, ainda no verdor dos anos, dava os primeiros passos na estrada das letras». Herculano comenta, ainda, o profundo conhecimento que D. Leonor tinha, quer das literaturas antigas quer das modernas «de quase todas as nações da Europa» e não hesita em atribuir-lhe, no triunfo do Romantismo em Portugal, um papel semelhante ao da cultíssima filha de Necker: «Como Madame de Staël, ela fazia voltar a atenção da Mocidade para a Arte da Alemanha, a qual veio dar vida nova à Arte meridional...»

Foi por isso e pelo seu profundo engenho, que com sobeja razão se lhe atribuiu o nome de Staël Portuguesa».

⁽³⁾ Marquês de Ávila e Bolama, *A Marquesa d'Alorna*, Lisboa, Imprensa de Manuel Lucas Torres, 1916, p. 101.

⁽⁴⁾ *Idem*, p. 102.

⁽⁵⁾ *Idem, ibidem*.

A Marquesa de Alorna

Refere Diderot, o *Sistema da Natureza* e o *Sistema Social*, que, em sua opinião, são «os dois mais célebres livros que têm saído neste século» ⁽⁶⁾.

Confessa a sua admiração por Newton e dá notícia ao pai de um *Acréscimento à História Natural* de Buffon ⁽⁷⁾.

Mais ortodoxas são as incursões no domínio dos autores religiosos, como Bossuet, Bourdaloue e Fénelon que, juntamente com os outros lhe ajudam a cultivar «o gênio curioso. Sem esperar de aqui mais fruto que livrar-se da ociosidade e arruinar de alguma sorte a força da melancolia» ⁽⁸⁾.

O pai, a quem nada oculta, sobressalta-se com as leituras «revolucionárias» da filha. E, em carta que desconhecemos, mas cujo teor facilmente adivinhamos, exproba-lhe as tendências. D. Leonor responde-lhe, na forma que se segue:

«Sobre Voltaire não acho que dizer, por que V. Ex.^a entende daquelas matérias melhor que eu.... Contudo ele é reputado por um grande filósofo e como o assombro deste século. Eu me lastimo dos seus erros, mas não posso deixar de confessar a V. Ex.^a, que me vieram as lágrimas aos olhos, quando vi que V. Ex.^a lhe dava sentença de queima. De que servem homens queimados, meu querido pai? Por ventura reconhecem eles a verdade na fogueira? Não é Deus só quem deve pôr termo aos nossos dias?....» ⁽⁹⁾.

Entende Hernâni Cidade, crítico modelar da Marquesa de Alorna, que o significado desta carta ultrapassa o âmbito de um episódio passado entre pai e filha. «Essa filha é o Indivíduo e esse pai é a Autoridade — a Autoridade representativa dum organização social que impede o crescimento espiritual do Indivíduo, em compreensão da vida e em solidariedade humana». E, prosseguindo, reflecte: «Não é isto, em sua essência, a história da última metade do séc. XVIII? Não é isto, em sua génese, a perturbada história da primeira metade do séc. XIX?» ⁽¹⁰⁾.

Opositores às «audácias do espírito» de D. Leonor são, para além do pai, a mãe, o Dr. Tamagnini, médico e amigo dedicado, e D. Teresa de Melo Breyner, Condessa de Vimioso, a Tirce dos poemas de Alcipe, que esta tanto estima e considera.

Intransigente no que entende ser um comportamento social justo, Alcipe despreza «as acções más praticadas pelos fidalgos»

⁽⁶⁾ *Idem. ibidem.*

⁽⁷⁾ *Idem. ibidem.*

⁽⁸⁾ Hernani Cidade, *A Marquesa de Alorna*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, Lda., 1929, pp. 21 e 22.

⁽⁹⁾ Marquês de Ávila e Bolama, *ob. cit.*, p. 14.

⁽¹⁰⁾ Hernani Cidade, *ob. cit.*, p. 23.

e nota «a contradição que isto tem com o sistema de certa fidalguia que governa o mundo», que não hesita em considerar de «ignorantes titulados» que mais não constituem que uma «baixa plebe» que as aparências não conseguem ocultar ⁽¹¹⁾.

A independência mental de Alcipe, ficou patente nesta vibrante asserção «a razão alheia é como a minha; e por isso não me desvio do que julgo bem feito, por motivo nenhum» ⁽¹²⁾.

A defesa das próprias convicções está na origem da discussão com o confessor de sua mãe que, face à audaciosa teimosia da jovem penitente, lhe nega a absolvição. Descrevendo a cena em carta ao pai, Alcipe refere-se ao bom do sacerdote que, «imbuído de ideias vulgares a respeito dos filósofos» entende ser a poesia «ciência de pagãos», a matemática «ciência dos loucos», a física «meio de estabelecer nova religião ou total transformação do cristianismo». Com que viveza não terá Alcipe posto ponto final no desarrazoado, ao afirmar «que, em matéria científica vale mais o dito dum sábio hereje do que dum santo ignorante» ⁽¹³⁾.

Juízos semelhantes formula-os D. Leonor em relação à Inquisição e à conversão dos índios da América, que considera «um atentado contra a espécie humana, uma obra de cães de fila» mais própria do fanatismo de Maomé do que dos continuadores de Cristo ⁽¹⁴⁾.

Tão pouco evita reflexão de teor semelhante a respeito dos governantes, que assentam como uma luva em Pombal e D. José, algozes de sua família e que outra, menos intrépida, deveria particularmente temer:

«A razão porque os príncipes se entregam às desordens das suas paixões é porque mil preocupações (entenda-se *preconceitos*) e as adorações vilíssimas dos homens os têm persuadido de que só a divindade pode julgá-los competentemente. Esta ilusão é a origem fatal da infelicidade pública e de que o destino da sociedade penda impunemente do capricho e da extravagância de um homem só, desfavorecido de todas as noções da verdadeira moral» ⁽¹⁵⁾.

Com que frontalidade julga os conventos (e estes são juízos de «experiência feitos»): «Não sei que magia tem um convento. A virtude, esta delícia dos corações honestos, é uma fantasia nestes sítios....» ⁽¹⁶⁾. E, para que não restem dúvidas,

⁽¹¹⁾ *Idem*, p. 24.

⁽¹²⁾ *Idem, ibidem*.

⁽¹³⁾ *Idem*, p. 25.

⁽¹⁴⁾ *Idem, ibidem*.

⁽¹⁵⁾ Marquesa de Alorna, *Poesias*, edição referida, pp. XVIII-XIX.

⁽¹⁶⁾ Marquês de Ávila e Bolama, *ob. cit.*, p. 110.

A Marquesa de Alorna

reforça: «Um convento é uma desgraça fatalíssima para quem tem juízo e aquelas que o conservam no seio de tantas preocupações e ridicularias, provam grande talento» (17).

Era assim a D. Leonor de Chelas — ciente das próprias convicções, que anuncia num ingénuo desafio, de que só os jovens são capazes: «O que digo assim me parece; tenho dezoito anos; quem tiver mais experiência ou souber mais dirá melhor» (18).

2. Por volta de 1799 D. Leonor está empenhada na realização de um ambicioso plano: convencer o Príncipe Regente de Portugal a subsidiar parcialmente uma reacção anti-napoleónica, que haveria de se realizar na Vendaia.

Não sabemos como é que D. Leonor conheceu os dois agentes franceses que se propõem, obtido o auxílio de Espanha, Inglaterra e Portugal, desencadear naquela província de França uma contra-ofensiva que aniquilaria os exércitos da Revolução, libertando a Europa, mas em particular Portugal e Espanha, da invasão francesa que se preparava. O certo é que D. Leonor resolve escrever ao Cardeal Patriarca, procurando aliciá-lo para a causa. Tenta convencer o digno prelado a influir no ânimo do Príncipe, de modo a que se concretizem as acções propostas pelos dois generais franceses que se encontram ocultos em Lisboa (19). Estes generais estão devidamente identificados, afirma D. Leonor, e creditados junto de Mr. Bernier, depositário da confiança de Luis XVIII e do próprio Papa (20).

(17) *Idem*, p. 109.

(18) Marquesa de Alorna, *Poesias*, edição referida, p. XVIII.

(19) Trata-se do General em Chefe Henrique de Forestier, (que teria morrido em Londres em 1806 e com quem D. Leonor nunca deixou de contactar), e do General de Divisão, seu auxiliar, Mr. Coriol, também conhecido por Conde de Saint-Georges, Chevalier de Ceris, Seris ou Seuris. Após a morte de Forestier D. Leonor passa a desconfiar de Ceris e conjura-o a cumprir as últimas vontades do General em Chefe, que Ceris teria traído. Só assim Ceris poderia afastar as suspeitas que sobre ele pesavam: «Je vous offre l'appui que vous n'avez point, ou la reproche que vous méritez» — assim o intima D. Leonor.

(20) Em determinada passagem desta carta D. Leonor sublinha: «Um conselho vigoroso e honrado é mais precioso que o dinheiro que S.A.R há-de dar à Vendaia...» E acrescenta: «Se o Deus dos exércitos nos acudir... então se verá que a sua Providência escolheu a minha fraça voz para o conduzir à presença de V. Ex.^a e levá-lo aos pés do trono» in Marquesa de Alorna, *Inéditos*, cartas e outros escritos, selecção, prefácio e notas do Prof. Hernani Cidade, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1941, p. 119.

Nota-se, neste excerto, um certo tom messianista, a crença de que à digna e esforçada descendente dos ilustres Almeidas está reservado um importante papel na salvação da terra dos seus maiores.

Alguns meses mais tarde (no 2.º semestre de 1800) resolve-se a abandonar o natural estado de timidez» (21) que a impedia de comunicar directamente com D. João e escreve-lhe, pois entende ser esse o seu dever. Napoleão jurou aniquilar os tronos europeus, argumenta D. Leonor; nem a Espanha, nem a Inglaterra impedirão que Bonaparte venha a dominar Portugal, e ainda que os franceses oferecessem a paz, haveria que desconfiar deles.

Insiste nos seus propósitos ao enviar ao Regente uma «Memória sobre a situação internacional de Portugal, com sugestão sobre os seus remédios», que faz acompanhar de nova missiva, na qual recorda que, há já mais de um ano, profetizara os perigos que corre a Pátria tão amada; desculpa-se da ousadia, mas «a História Portuguesa apresenta-me modelos de mulheres, às quais eu não quero ser inferior» (22).

O tempo passa e o plano não se concretiza. Em carta datada de Agosto de 1801, a Condessa apela para a Princesa Consorte, de quem é Dama de Honor e insta com ela para que se execute, sem demora, o que tem vindo a propor (23).

Alguns dias mais tarde (15 de Agosto) escreve outra carta à Princesa, insistindo pelo socorro pedido — os Generais, têm que partir (24).

Perante uma situação que se arrasta de modo exasperante, volta-se de novo para o Cardeal. Recorda o bom acolhimento que este dispensou ao plano e pergunta-se se, acaso, não estará reservado nesta conjuntura, a este Príncipe da Igreja, o desempenho de um papel excepcional? Não há lisonja, ameaça velada ou proposta subtil de que não lance mão para levar a bom termo o papel de salvadora da Pátria e da Cristandade, que o seu espírito fantasista, a vontade viril, o tenaz engenho e um certo pendor messiânico lhe apontam como missão a cumprir.

Queixa-se agora dos ministros os quais, em carta a D. João, acusa de duplicidade (25), de nem sequer saberem ser cavalheiros

(21) Marquesa de Alorna, *Inéditos...*, edição referida, p. 120.

(22) *Idem* p. 126.

(23) D. Leonor insiste em que o General de Divisão tem que partir. Prontifica-se, juntamente com o Cardeal, a adiantar os fundos para aquela viagem, «à custa da módica subsistência que deve à generosidade do Príncipe, assim como alguns, ainda que poucos diamantes e o Patriarca, das suas próprias rendas». Marquesa de Alorna, *Inéditos...* p. 137.

(24) Alude à Paz de Badajoz, de Junho de 1801, a qual, no seu entender, não será ratificado por Napoleão e adverte que, mesmo no caso em que viesse a ser assinada, haveria que desconfiar dela, «quando nos vem da mão daqueles que juram ódio aos Reis, é sempre suspeitosa». *Idem* p. 141.

(25) D. Leonor não poupa o Ministro das Colónias, D. Rodrigo

A Marquesa de Alorna

— «estão persuadidos de que fazem um grande favor em falar à gente, e eu tomara um privilégio exclusivo para os não ver nunca» (26).

Escreve, uma vez mais, ao Cardeal, pedindo-lhe que incite o Príncipe e suplica a este que lhe fale; roga-lhe que a atenda, que a escute.

Entende que a sua presença é indispensável, em Madrid; por isso propõe ao Regente a partida para a Corte espanhola — irá à sua própria custa, contando que lhe dêem cartas credenciais que lhe permitam apresentar-se aos Reis Católicos, Príncipe da Paz e Ministros. Mas os preparativos para a deslocação de D. Leonor são confusos (27) pois, entretanto, Pina Manique, «o pobre e iluso intendente da Polícia», toma-a por uma perigosa agente subversiva (não é ela a fundadora dessa tão suspeita (?) Sociedade da Rosa) revista-lhe a casa, apreende-lhe os papéis e dá-lhe ordem de exílio, que é cumprida dentro do prazo imposto — 24 horas (28).

de Sousa Coutinho que, ao receber os Generais da Vendaia e ao concordar inteiramente com a sua proposta a qual, se desculpava agora de não poder concretizar por S.A.R. se não decidir a apoiá-la, mostrava uma duplicidade e falta de lealdade inadmissíveis num servidor de tal categoria.

(26) *Idem*, p. 149.

(27) Em carta inacabada e escrita no curto espaço de tempo que precedeu a sua precipitada partida para o estrangeiro, D. Leonor queixa-se, ao Príncipe Regente, da revelação das cartas confidenciais que lhe havia escrito, facto que a coloca em melindrosa situação. Esta carta interessa, ainda, porque através dela verificamos que D. Leonor continuava profundamente empenhada em executar o «plano» que, (segundo dá a entender com a aprovação do Príncipe D. João), a levaria exactamente até Espanha, onde desempenharia o papel que lhe estava destinado. A sua «expulsão» de Portugal, por ordem de Pina Manique, teria antes precipitado e não motivado aquela viagem.

(28) «Minha avó odiou toda a sua vida as sociedades maçónicas e detestou jacobinos, porque tinha sempre presente à imaginação as cenas de horror que presenciara em Paris e Marselha, onde esteve na época do Terror da Revolução Francesa», escreve o Marquês de Fronteira e Alorna nas suas *Memórias*. E continua: «Daqui resultou que esta tivesse o pensamento de organizar uma associação que intitulou a Sociedade da Rosa, com o fim de combater as ideias daquela Revolução e as sociedades secretas, por meio de outras sociedades secretas.... A associação progrediu e muitas pessoas nela se filiaram, entre elas o famoso poeta Bocage fazendo-se as primeiras reuniões na minha casa de Benfica.

Nestas reuniões, que tanto cuidado davam à polícia, tratava-se menos de política, mais de literatura e artes; passavam-se elas em improvisos e em música.... e em uma esplêndida merenda dada por meu Pai contra sua vontade, apesar de amar e estimar a sociedade». Autor e obras referidas, vol. I-II, Lisboa, 1986, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, p. 15.

Com o decorrer do tempo a situação de D. Leonor, em Madrid, torna-se insustentável — nem o Rei, nem a Rainha a recebem; o Príncipe da Paz, que de início lhe parecia favorável, acaba por afastá-la ⁽²⁹⁾.

Vê-se obrigada a abandonar a Espanha, onde é «persona non grata» e parte para Inglaterra, aí vivendo exilada até 1814, ano da assinatura da paz geral ⁽³⁰⁾.

Nem nos longos e dolorosos anos de exílio em Inglaterra esmorece o ânimo político de D. Leonor: ali continua os conciliábulos com os generais de Vendaia e em 1806 vêmo-la a trabalhar na angariação de mais membros para a Sociedade da Rosa ⁽³¹⁾.

⁽²⁹⁾ Chegou ao conhecimento de D. Leonor, que Manoel Godoy dera ouvidos aqueles que haviam criado uma intriga, para a desgraçar, no conceito do todo poderoso ministro — dizia-se que a Condessa de Oeynhausen era a primeira valida do general Lannes, com quem teria vivido publicamente em Lisboa. Seria em consequência de uma tão desagradável, quanto desonesta notícia, que D. Leonor teria sido afastada da corte espanhola. (Consulte-se a Memória, *Boletim dos Inéditos*, p. 194).

⁽³⁰⁾ Em 1809 tentou um rocambolesco regresso à Pátria, que não resultou, e do qual nos informa, em sugestiva prosa, o Marquês de Alorna e Fronteira: «Um dia apareceu um portador duma carta para mim em que minha Avó me dizia: Meu neto, parto pelo primeiro paquete, com Luísa, para Benfica; prepara-me os quartos. O resto da família fica em Londres.

Todos os meus parentes tiveram conhecimento desta carta e entenderam que minha Avó tinha sido amnistiada; mas, falando nisto aos Governadores do Reino, eles de nada sabiam a tal respeito». Os amigos, que a não viam há tantos anos, correram a recebê-la e, muito interessados, perguntavam-lhe se tinha licença de El-Rei para residir em Portugal, ao que ela respondia, sem mostrar o documento, que este se encontrava no saco.

«No dia seguinte, depois da missa, estando nós a almoçar, anunciou-se o Corregedor do bairro de Belém», prossegue o Marquês de Fronteira e Alorna. «O Corregedor disse-lhe que sabia que ela não trazia passaportes legais, mas que precisava de saber se tinha algum Decreto do Príncipe Regente. Minha Avó apresentou, com grande importância, uma carta de Núncio no Rio de Janeiro, em que ele dizia constar-lhe que Sua Majestade dentro em pouco lhe mandaria licença para regressar à pátria. O Corregedor quis que minha Avó assinasse a intimação para sair do Reino mas ela recusou e, fazendo uma mesura, disse-lhe: «Passe V. Mercê muito bem».

É evidente que o Corregedor voltaria à carga e, antes de ser novamente expulsa de Portugal, D. Leonor optou por regressar ao exílio. E assim «às duas horas da noite, descendo as escadas por onde tinha subido embarcou para Inglaterra no mesmo paquete em que viera», *Memórias cit.*, vols. I-II, pp. 110 a 113.

⁽³¹⁾ «De Londres, em 1806, em cartas para D. Leonor da Câmara incita-a em entrelinhas secretas, escritas a limão, a que faça entrar na *Ordem* (na Sociedade da Rosa) não sei quem, além de Henriqueta para

A Marquesa de Alorna

É precisamente escrita de Inglaterra a interessantíssima carta a Napoleão que, para além de um libelo acusatório, constitui de certo modo, o perfil psicológico de D. Leonor.

«Tenho sido vossa inimiga até ao presente — confesso-vo-lo. Continuo a sê-lo. A honra impõe-me que vos odeie. Este ódio, contudo, é apenas fundado sobre os sofrimentos do Mundo. Está em vossa mão reparar os seus males.

Eu tenho uma Pátria, uma família, ambas a ferros vossos.

Dai-lhes a liberdade e sacrificai-me a mim. Entregar-me-ei à vossa cólera, se for preciso» (32).

Conclusão:

Confessado, mais do que isso, desafiadoramente gritado o ódio a Napoleão, como conciliar a Alcipe de Chelas, admiradora da Nova Ideia com D. Leonor, Condessa de Oeynhausen, intransigente defensora da Velha Ordem?

No convento, subtraída ao brilhante meio social a que por nascimento tinha direito, a criança de espírito ávido e inteligente vai-se tornando mulher no convívio com os livros, que lê com sofreguidão. A imerecida e ingrata situação a que fora votada com a família aguça-lhe a sensibilidade: nos versos desafoga suas mágoas, nos livros sacia a fome e sede de justiça (33).

De S. Félix de Chelas sai uma mulher cultíssima que dificilmente se integrará no acanhado e limitado espaço mental da corte portuguesa do último quartel da centúria de oitocentos. Daí a perplexidade, e o protesto, quando o pai (que ela tão ternamente amava e respeitava) a pretende casar com D. Brás da Silveira: «O rapaz é um homem sem estudos; que pensará dos meus?» (34).

Confirmando a independência de espírito que já lhe conhecemos Alcipe elege, para marido, e contra a vontade do pai, o Conde de Oeynhausen, fidalgo alemão alistado no exército por-

o que delega nela os seus poderes». Marquesa de Alorna, *Poesias*, p. XXXVI.

(32) Marquesa de Alorna. *Inéditos*.... p. 196.

(33) Na autobiografia que compôs em Chelas, nos últimos dias da sua longa prisão, escreveu o seguinte: «Fui lendo tudo quanto achei, e pude adquirir por um folheto que comprei, o qual tinha por título, *Bibliothèque d'un homme de gout*; cheguei a adquirir 600 volumes meus, quase todos cheios de notas, para meu estudo e instrução». Marquês de Avila e Bolama, *ob. cit.*, p. 88. Gostava de partilhar as suas leituras com aqueles que amava, de modo particular o irmão: «Deseio que te aproveite o gosto com que te mandei os meus livros». Marquesa de Alorna, *Poesias*, p. XIV.

(34) Hernani Cidade, *A Marquesa de Alorna*, ed. referida, p. 27.

tuguês e que para aqui viera trazido por seu primo, o Conde de Lippe. Para além das razões sentimentais esta escolha revela a ânsia de conhecer novos horizontes, mais de acordo com a sua própria formação mental ⁽³⁵⁾.

Com a nomeação do marido para Ministro Plenipotenciário junto à coroa de Viena de Austria — obtida ou pelo menos propiciada pela intervenção da voluntariosa condessa ⁽³⁶⁾, D. Leonor vai viajar pela Europa culta das cortes tradicionais, que a recebe com honrarias e admiração ⁽³⁷⁾.

E assim se vai afirmando como Grande Dama, consciente da privilegiada situação social que irá defender, não pelos bens materiais que esta lhe poderia garantir (quer em Chelas, quer ao largo dos restantes anos da sua vida foi apoquentada por uma constante e impertinente falta de dinheiro), mas pela íntima convicção de que ao fazê-lo defendia o Rei, a Religião e a Pátria ⁽³⁸⁾.

⁽³⁵⁾ D. Leonor não foi uma amorosa, nem o seu temperamento se deixava empolgar por fantasias romanescas. Ela própria o confessa:

«Amor em mim não é qual o tu sentes,
Um clamor, um tumulto dos sentidos,
Eu tenho esses escravos submetidos
A leis mais elevadas, mais decentes».

O sentimento que a unia ao marido era profundo, demonstrador de intensa admiração; considerava-o o «homem valoroso e sem defeito»; era

«Aquele herói que é prémio de meus males
E a minha pátria o ignora».

Marquesa de Alorna, *Poesias*.

⁽³⁶⁾ Consulte-se a interessante descrição que a própria Condessa de Oeynhausen escreveu acerca deste episódio, da qual destacamos este pequeno passo: «O Conde foi beijar a mão à Rainha, que o tratou muito bem, e eu fui continuando a minha assistência no Paço, donde me propus nunca mais sair sem arrancar meu marido à penosa situação em que se encontrava», isto é, sem lhe arranjar a enviatura para Viena. Marquesa de Alorna, *Inéditos*, pp. 59 a 72.

⁽³⁷⁾ A caminho de Viena e de passagem pelas Cortes de Madrid e França os Condes de Oeynhausen recebem grandes distinções de Carlos III e de Luís XVI. Em Paris, D. Leonor foi muito apreciada nos salões de Madame Necker. Na Austria, a Imperatriz Maria Teresa demonstrou-lhe particular estima e afeição. O próprio José II quis condecorá-la com as insígnias e diploma da Ordem da Cruz Estrelada. O Papa Pio VI conheceu-os em Viena, em visita que fez ao Imperador José e distinguiu o ilustre casal com várias provas de consideração. A.A. Teixeira de Vasconcelos, *Glórias Portuguesas*, Tomo I, Tipografia Portuguesa, Lisboa 1869, pp. 133 a 136.

⁽³⁸⁾ «Minha Mãe, segundo as ordens que V. Ex.^a lhe tem dado, julgou a propósito vender, para pagar todas as dívidas que a importunavam... um painel que Francisco Vieira (mais conhecido por Vieira Portuense) avaliou em 3000 cruzados». Carta escrita em Chelas e dirigida ao Marquês de Alorna a qual se encontra reproduzida nos *Inéditos*,

A Marquesa de Alorna

Se o preconceito de casta surge, aqui e além, o respeito pelos humildes e a sua defesa, o empenhamento em ensinar os ignorantes, a revolta contra a tirania são provas eloquentes de que, subjacente a atitudes menos conformes com o Espírito Novo, calavam bem fundo, na sua alma de visionária, os ideais da juventude e que não se casavam com a violência e o sectarismo que presenciara na época do Terror, em França (39).

p. 43. O Marquês de Fronteira e Alorna recorda, com benevolência os crónicos embaraços financeiros em que vivia a sua ilustre parenta: «Minna Avó passava mais facilmente sem dinheiro do que sem banqueiro. Nunca conseguiu ter cinquenta moedas juntas, mas, desde que foi senhora da masa, nunca dispensou um banqueiro. Por esta época, tinha dois que estavam associados e eram Carlos Higgs e Moreira, os quais, no futuro, muito a atormentaram, reduzindo-a a não ter meios de subsistência, por alguns anos». *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, vols. I-II, p. 154.

João Jardim de Vilhena, admirador e biógrafo de D. Leonor, na obra *A 4.ª Marquesa de Alorna*, editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1931, publica 21 cartas dirigidas pela Marquesa de Alorna, ou em seu nome, ao banqueiro Carlos Higgs. Por elas podemos aquilatar da embaraçosa situação financeira da Condessa de Oeynhausén. Exemplificaremos apenas com dois ou três extractos: «Minha Mãe tem ficado em casa esperando por V. Mercê e muito precisa falar-lhe. Estimaré que o Sr. Higgs lhe mande por este moço os trezentos mil reis que costuma mandar no princípio do mês, porque está sem dinheiro em casa». *Carta n.º 5*, datada de 4 de Maio de 1819, p. 13.

«Estou bem cansada do que tenho trabalhado estes dias, e nunca precisei tanto de dinheiro para terminar felizmente estes negócios, como agora que estou no fim». *Carta n.º 9*, datada de 5 de Março de 1821, p. 16.

«Domingo pela manhã devo pagar aos porteiros da casa, moços do quartel real, correios do Gabinete, guarda dos arqueiros, etc., etc. ... o que tudo importa em mais de um conto de reis; julgue da minha aflicção sem real em casa». *Carta n.º 12*, datada de 31 de Outubro de 1823, p. 20.

(39) O preconceito aristocrático, que nesta fase da vida de D. Leonor irrompe, por vezes vivíssimo, evidencia-se nesta passagem de uma das suas cartas: «O Ministro que está em Madrid (Cipriano de Melo Freire) já fez um tratado mau e fora de propósito; não lhe permite a sua classe mesma (sublinhado nosso) o compreender a importância dos negócios que trata». Marquesa de Alorna, *Inéditos*, p. 156.

Respeito pelos servidores: «Não há maior tirania que interromper o sono de um criado ou criada para satisfazer caprichos, que vêm sempre da má educação e de hábitos que se devem corrigir». Tão pouco se deve interromper um criado quando janta ou ceia pois «é uma justiça que o alimento que tomam para conservar as forças e a vida, que empregam em servir, seja tomado em sossego». *Idem*, p. 83.

Passa em Almeirim os primeiros anos da sua viuvez. Aí, rodeada de crianças — as suas e outras da terra, dedica-se a ensiná-las: leitura, labores, história, tudo entremeado de cantos e outras «novidades»

A Marquesa de Alorna, admiradora das Luzes e agente contra-revolucionária não é uma aninomia; lendo as cartas que escreveu — o que equivale a dizer o que sentia e pensava — compreendemos que nela uma atitude é corolário de outra, porque a Revolução das Ideias a entendia enquanto aperfeiçoamento do que já existia e não aniquilamento da Ordem que defendia.

pedagógicas. Veja-se a «Epístola a Natércia», in Marquesa de Alorna, *Poesias*, p. 107.

Em anotação feita ao alto de uma página de um caderno, escrito ainda em Chelas, grava este conceito que toda a vida respeitou: «Em o governo despótico todo o sistema de educação se dirige ao temor e à vileza. Almas abjectas, até quando sofrereis que o receio de desagradar a um só homem diminua a energia dos vossos sentimentos?» Marquesa de Alorna, *Poesias*, p. VIII.